

A. I. N° - 09265449/03
AUTUADO - R. B. SANTANA
AUTUANTE - ALBA MAGALHÃES DAVID
ORIGEM - IFMT - DAT/SUL
INTERNET - 03.02.2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0004-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. De acordo com a legislação tributária estadual, a nota fiscal deverá ser emitida antes da saída da mercadoria. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 25/08/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige o pagamento de multa no valor de R\$ 690,00, em virtude de ter sido o autuado encontrado realizando operação de venda em veículo sem a emissão da documentação fiscal correspondente, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n° 103000 (fl. 2).

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 16 e 17, alegando que a autuante não considerou as saídas de mercadorias consignadas nas Notas Fiscais n°s 254 e 255. Afirmar que, conforme Protocolo n° 498279/2003-0, tem autorização para efetuar venda em veículo. Diz que não foi efetuada uma contagem física dos produtos que estavam no veículo, sendo o cálculo feito com base em dedução. Ao final, solicita que o Auto de Infração seja considerado nulo e, no mérito, improcedente.

A auditora designada para prestar a informação fiscal, às fls. 22 e 23, afirma que não assiste razão ao autuado, pois, conforme os documentos anexados às fls. 3 a 8, o sujeito passivo foi flagrado realizando operação de venda em veículo, sem a emissão da devida documentação fiscal. Explica que, segundo a Nota Fiscal n° 210 (fl. 3), havia um estoque a ser vendido de 1.400 fardos de salgadinhos; as Notas Fiscais apresentadas pelo autuado, onde se incluem as de n°s 254 e 255 (fls. 4 a 8), totalizam 900 fardos vendidos; no veículo, só foram encontrados 100 fardos, conforme Termo de Apreensão à fl. 2, constatando-se uma diferença de 400 fardos, cuja venda não foi acompanhada de nota fiscal. Ao finalizar, opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Trata o presente Auto de Infração da realização de venda de mercadorias em veículo, sem a emissão da devida documentação fiscal. Para comprovar a infração, foi lavrado o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n° 103000 (fl. 2) e foram anexadas ao processo as Notas Fiscais de fls. 3 a 10.

Analisando as peças e comprovações que integram o processo, constato que as alegações defensivas não podem prosperar, pois as Notas Fiscais n°s 254 e 255 foram devidamente consideradas no presente lançamento, tendo sido as mesmas anexadas aos autos pela autuante (fls. 7 e 8). Do mesmo modo, o Termo de Apuração de Mercadorias em Documentos (fl. 2),

devidamente assinado pelo motorista, comprova que as mercadorias existentes no veículo foram contadas e totalizavam cem (100) fardos de “Salgadinhos Rockitos”.

Não acato a alegação de que a omissão foi apurada por dedução, uma vez que a irregularidade está algebricamente comprovada: foram remetidos 1.400 fardos da citada mercadoria para venda em veículo (Nota Fiscal nº 210, à fl. 3); foram vendidos 900 fardos conforme as Notas Fiscais nºs 251, 252, 253, 254 e 255 (fls. 4 a 8); foram encontrados no veículos 100 fardos (conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos, à fl. 2). Dessa forma, está comprovada a venda de 400 fardos da mercadoria sem a emissão da devida documentação fiscal.

Em consequência dessa irregularidade, a autuante, corretamente, lavrou o presente Auto de Infração para a cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, além de exigir que fosse emitida a Nota Fiscal nº 257 (fl. 10), correspondente às vendas realizadas sem a emissão da devida documentação fiscal.

Pelo exposto acima, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 09265449/03, lavrado contra **R. B. SANTANA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de janeiro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR